



Câmara Municipal de Palmeira

ESTADO DO PARANÁ



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ

PARECER
PROTOCOLO Nº 771/2024
DATA: 04/10/2024

El

Comissão de ECONOMIA, ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO.

Projeto de Lei nº 6374/2024.

Assunto: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Palmeira para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências.

Iniciativa: Poder Executivo

PARECER DO RELATOR

O **Projeto de Lei nº 6374/2024**, que Estima a receita e fixa a despesa do Município de Palmeira para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências, mereceu **PARECER FAVORÁVEL**, conforme a Orientação Contábil nº 134/2024, Orientação da Procuradoria Jurídica nº 269/2024, e Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação protocolado sob nº 726/2024, cumprindo o dever constitucional, pelo que prevê a Constituição Federal de 1988, a Lei Federal nº 4.320 de 1964, a Lei Federal nº 101 de 2000, a Constituição do Estado do Paraná, e a Lei Orgânica do Município de Palmeira.

Na Reunião desta Comissão realizada em 03/10/2024, por unanimidade, os membros dessa comissão decidiram pela apresentação de parecer favorável à aprovação deste Projeto de Lei nº 6374/2024.

DO PROJETO DE LEI

Este Projeto de Lei que Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Palmeira para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências, foi elaborado pelo Poder Executivo, protocolado nesta casa no dia 29/08/2024, e em 10/09/2024 foi encaminhado para análises dessa Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização.

Segundo ressalta o Executivo, o estudo e estimativa da receita municipal para o exercício financeiro de 2025 foi elaborado em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, baseada em análise técnica, considerando as normas técnicas e legais, as variações econômicas e outros fatores que possam influenciar na arrecadação. Para esta projeção, foi adotado o Método de Indicadores, conforme o Manual de Procedimentos de Receitas Públicas da Secretaria do Tesouro Nacional, utilizado por Órgãos do Governo Federal e orientado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e que para a fixação das despesas foram considerados os fatores que causam alterações na economia, principalmente a expectativa inflacionária para as despesas que visam atender aos Programas de Governo e o comportamento das principais despesas de caráter continuado.

Vale ressaltar que o Poder Executivo Municipal apresentou documentos comprovando a participação popular em todo processo de construção deste projeto.



Câmara Municipal de Palmeira

ESTADO DO PARANÁ

=====

DOS ENCAMINHAMENTOS

A Lei de Responsabilidade Fiscal preceitua a realização de Audiências Públicas para transparência da gestão fiscal dos Planos, Orçamentos e Leis de Diretrizes Orçamentárias (Artigo 48). A Câmara Municipal, por intermédio desta comissão, realizou Audiência Pública no dia 26/09/2024.

A Procuradoria Jurídica, na Orientação Jurídica nº 269/2024, opinou pela viabilidade técnica deste Projeto de Lei 6374/2024, que a matéria proposta está dentro das atribuições do Poder Executivo (inciso IX do art. 6º, inciso I do art. 56, inciso III do art. 132 e art. 134 A da Lei Orgânica do Município), sendo competência do Poder Legislativo deliberar sobre o assunto (inciso I do art. 32 da Lei Orgânica), e que a matéria também se encontra amparada pela Constituição Federal (art. 165, inciso III e outros artigos correlatos), pela Constituição do Estado do Paraná (art. 133), pela lei nacional nº 4.320/1964 (art. 22, 27 e seguintes, e outros correlatos) e Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101/2000 (art. 5º e seguintes), e ainda encontra-se em conformidade com o procedimento preceituado pelos artigos 55 e 136 da Lei Orgânica e art. 147 e seguintes do Regimento Interno.

O Departamento Contábil apresentou a Orientação Contábil nº 134/2024, e em sua conclusão, diante da análise realizada, opinou pela REGULARIDADE do presente Projeto de Lei Orçamentária Anual do ponto de vista técnico contábil.

A Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação também emitiu parecer favorável à aprovação deste Projeto de Lei, tendo como base a Orientação da Procuradoria Jurídica nº 269/2024.

DAS EMENDAS

Não foram apresentadas emendas.

CONCLUSÕES

Na Reunião dessa Comissão realizada em 03/10/2024, por unanimidade, os membros desta comissão decidiram a apresentação de parecer favorável à aprovação desse Projeto de Lei nº 6374/2024.

Finalizando, temos a registrar que esta comissão respeitou todos os prazos previstos no Regimento Interno.

É, o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 03 de outubro de 2024.


LUCAS SANTOS
Relator



Câmara Municipal de Palmeira

ESTADO DO PARANÁ

=====

PARECER DA COMISSÃO

Em análise o Parecer do Relator ao Projeto de Lei nº 6374/2024, concluímos pelo seu acatamento, e desta forma, também pela aprovação desta proposição.

É, o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 03 de outubro de 2024.

GILBERTO ROGALSKI
Membro

YAGUINHO
Membro